

EM BUSCA DE RESULTADOS SÓLIDOS: LEOPOLD VON RANKE E OS RACIOCÍNIOS POR INDUÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE VENANCIO MOREIRA

Na academia brasileira, até muito recentemente, Leopold von Ranke (1795-1886) constou na história da historiografia como autor positivista, resultado, em grande parte, da estratégia que a Escola dos Annales desenvolveu para firmar sua identidade enquanto algo inédito. O predicado “positivista”, sempre com ares imprecisos, traz em si a forte conotação empirista que hoje é, no senso comum, considerada ingênua ou apenas ferramenta das classes dominantes para fazer passar por científico o que não passa de ideologia de dominação e perpetuação no poder. Esse tipo de concepção afeta diretamente o tema proposto, já que é a própria validade e qualidade da historiografia rankeana enquanto fazer científico que está em jogo. O que esta breve reflexão propõe é buscar entender a questão científica em Ranke como uma parte fundamental e consonante com outros aspectos de sua obra que tocam não só a metodologia de pesquisa histórica como também a própria concepção de teoria da história e de como, através da união entre esses dois aspectos (prático e teórico), o historiador prussiano contribuiu para a constituição da história como área de conhecimento.

Como teórico e metodólogo da história, Ranke ajudou a formar o paradigma da nova historiografia crítica desenvolvida na Alemanha do século XIX, principalmente por operar uma ruptura com a historiografia setecentista, marcada pela erudição e abordagem filosófica (AROSTÉGUI, 2006:100). Isso será feito de forma bastante radical através da inversão na ordem das generalizações necessárias para a produção de conhecimento, ainda que seja mantido um forte diálogo com a filosofia, mas agora com o pensamento filosófico de orientação idealista (MATA, 2010:190) e no sentido mais crítico. Isso implica não só uma virada no procedimento técnico de pesquisa, mas também uma inovação na concepção sobre ciência e suas possibilidades nas Humanidades, assim como um novo entendimento, bastante complexo, do lugar das abstrações, dos conceitos e da observação empírica no campo histórico.

*Mestranda do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, graduada e licenciada em História pela mesma instituição. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

SIGNIFICADO DE HISTÓRIA CIENTÍFICA EM RANKE

Há uma divisão quando falamos das contribuições de Ranke para a disciplina histórica: suas obras historiográficas propriamente ditas, sua teoria da história e a metodologia de pesquisa. Todas estão relacionadas, mas tornou-se lugar comum nos estudos rankeanos atribuir mais peso aos resultados da terceira, a metodologia de pesquisa, do que das outras duas¹. O tratamento das fontes é marca registrada de Ranke e procedimento tipo exportação, já que os Estados Unidos celebraram e adotaram com entusiasmo o receituário metodológico do mestre prussiano. Não é à toa que o autor do famoso epíteto que atribui a Ranke a paternidade da história científica veio de um acadêmico norte-americano: Herbert Baxter Adams, professor da *Johns Hopkins University*, disse-o justamente acerca do grande trunfo da metodologia rankeana que eram os seminários históricos, também criações de Ranke, os quais Adams considerou “laboratórios onde livros era tratados como espécies mineralógicas, passados de mãos em mãos, examinados e testados.” (SMITH, 1995:1154). Ainda que tenha havido uma mudança considerável com a dinâmica dos seminários do ponto de vista das sociabilidades, seus resultados já vinham sendo gestados desde o século XVIII, com os estudos filológicos, e muito antes disso com a hermenêutica bíblica de tradição protestante. Mas agora, as fontes, como expressa lapidarmente Adams, passavam a ganhar um estatuto de material laboratorial, contendo em si um mundo de regras próprias que deveriam ser esmiuçadas pelos historiador e seu microscópio, que, no caso, era o próprio método de leitura de documentos, uma ferramenta que poderia atestar sua veracidade e seu conteúdo mais central.

Vê-se aqui a proximidade entre a noção de ciência e a de laboratório, o que sugere, por conseguinte, uma associação entre o fazer científico e as ciências naturais. Para Ranke, como veremos à diante nos problemas envolvidos no conceito de progresso, a relação entre o método histórico e as ciências naturais não era um caso de mera transposição. Muito mais próximo da hermenêutica e da filologia, ele definia a cientificidade da história em termos de crítica e hermenêutica², pois “é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade”, sendo que sua diferença com as outras ciências é que enquanto “outras

¹ Isso porque suas obras historiográficas são consideradas superadas em muitos aspectos pelas pesquisas posteriores e sua teoria da história parece, pelo menos em um primeiro olhar, sempre incompleta ou nebulosa, o que constitui verdadeiro tópos nos estudos sobre Ranke que é o da “vaguidão” ou da “imprecisão”.

² Vale notar que, segundo aponta Gumbrecht, a geração posterior mudará a relação entre hermenêutica e ciência. Dilthey apostará apenas na hermenêutica para realizar o que Ranke colocava na conta da ciência, uma vez que se “os métodos da ciência e a dimensão da percepção estavam excluídos da *Geisteswissenschaften*, Dilthey acreditava que qualquer tipo de interpretação, especialmente a literária e a psicológica, acabaria por revelar a iminência da experiência vivida [*Erleben*] sob as camadas de sentido” (GUMBRECHT, 2010:67).

ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo”, a história exerce, em adição, a função criativa. (RANKE, 2010:202) É neste sentido que, para Ranke a história é, ao mesmo tempo, ciência e arte sem que haja prejuízo da credibilidade do que é produzido cientificamente, havendo assim uma natureza complementar entre ambas. Da mesma forma, a interpretação não era sinal de anti-cientificidade, porque a o ato de interpretar era considerado parte do fazer científico da história que não dizia respeito ao subjetivismo relativo, pois seu procedimento se justificava nas práticas hermenêuticas. É preciso ter em mente que para Ranke e sua geração, ná há oposição ente ciência, filosofia; pelo contrário, para ele a história tem o papel de síntese desses elementos.

O objetivo dos seminários era depurar a história dos erros da historiografia anterior, partindo de uma postura de constante desconfiança e escrutínio minucioso. É preciso dizer, em defesa do século XVIII, que esse já era esse o mote dos historiadores filósofos como Voltaire (VOLTAIRE, 2007), mas agora a história é vista como uma área com necessidades e parâmetros próprios, na qual devem ser levados em consideração os mitos e os rituais – o que hoje entendemos como também manifestações culturais –, tudo que, para os *lumières*, entrava na conta das superstições descartadas com saftisfação.

Para entender o ponto de vista de Ranke acerca do caráter científico da História, é preciso conectar metodologia e teoria da história, uma vez que a prática em si implica algum tipo de pensamento ou orientação de cunho teórico. Ranke propunha em seu programa teórico-metodológico a crítica da história desenvolvida pelos filósofos que escreviam história, prática que era via de regra até seu tempo, já que ainda não existia a figura do historiador como pensador que se dedica exclusivamente à história. Os ataques de Ranke tinham alvo duplo, pois ao questinarem a validade da historiografia que formulava a história a partir e quase que exclusivamente de abstrações, colocavam em dúvida tanto a historiografia iluminista francesa como a historiografia de seu tempo de orientação hegeliana.

O que Ranke acha inadmissível é que as ideias sobre o funcionamento de uma sociedade – o que inclui não só passado e presente, mas também projeções para o futuro – possam anteceder a observação dessa mesma sociedade, o que implicava, conforme Ranke, uma grande desconsideração do papel primário que as fontes desenvolvem para a história. Retomando uma definição de Fichte em *Fundamentos da Época Atual*, ele coloca que

“Se o filósofo é capaz de deduzir os possíveis fenômenos da experiência a partir da onipotência de seu conceito prévio, então é evidente que ele não necessita de experiênci alguma para realizar sua tarefa e, dentro dos seus limites, dar-se a liberdade de desconsiderar qualquer experiência – simplesmente a priori –, o todo

do tempo e todas as épocas teriam de ser descritas a partir do mesmo a priori”
(RANKE, 2010:204)

Na inversão do procedimento que é proposto por Ranke para a historiografia, a experiência, aparece como forma de garantir a confiabilidade e a solidez das possíveis abstrações posteriores. Construindo o distanciamento com a Filosofia através de algo tão fundamental quanto a forma de formular conceitos, a historiografia começa a conquistar um terreno de especificidades teóricas.

O PROGRESSO E A PARTICULARIDADE HISTÓRICA

Em essência, o que Ranke rechaça nas duas compreensões de história – a iluminista e a hegeliana – é a noção de progresso que encerram e suas consequências. As suas conversas com o príncipe Maximiliano da Bavária, registradas em sua obra *As Épocas da História Moderna*, registram a visão do historiador sobre o assunto:

“nem uma direção geral guiará o desenvolvimento da raça humana de um ponto a outro, ou a humanidade contem um marcha progressiva do espírito para frente eu necessariamente a dirige em direção a um objetivo definido. Eu prefiriria caracterizar ambos os caminhos nem como filosoficamente paupáveis ou historicamente prováveis. Filosoficamente, o primeiro caso elimina a liberdade humana e faz dos homens ferramentas involuntárias. O outro requer que a humanidade seja Deus ou nada. (RANKE, 1981: 158).

Vê-se que aqui Ranke expõe um ponto diferenciado em relação a sua época, esta orientada em sua maioria pela ideia de progresso das sociedades e possibilidade da descoberta das leis que movem a história. E aparecem dois pontos cardeais de sua historiografia: a liberdade e o equilíbrio. Ranke pergunta em seguida sobre o próprio conceito, pelo que que é progresso e em que lugar esse progresso da humanidade pode ser visto?”, e o que segue é uma argumentação bastante inteligente que levanta ponto amplamente discutidos no século XX, principalmente a defesa de que existem diferentes tempos históricos acontecendo ao mesmo tempo sem que isso implique em atraso ou avanço de um povo em relação ao outro. Além disso, Ranke questiona a credibilidade da história filosófica por selecionar apenas os dados que comprovem suas teorias, excluindo todos os povos que não progridem conforme suas ideias determinaram e generalizar grosseiramente as interações históricas entre os povos e os descaminhos que os povos encontram em suas trajetórias históricas:

“Mas enquanto existe apenas uma sistema de povos de toda a humanidade que teve parte no movimento histórico geral, existiram, pelo contrário, outros que foram excluídos dele. Além disso, não não poderos considerar as nações incluídas nesse

movimento como desfrutando de um estado constante de progresso.” (RANKE, 1981: 158)

Para Ranke, a história é feita da diversidade – de forças, de costumes, de épocas, de soluções, de arte, de tradições, de povos, etc. – e a observação da variedade é o verdadeiro ofício do historiador, o que implica, para nossa discussão acerca da ciência histórica, na abertura possível que a teoria da história rankeana dá para a formulação de leis históricas. Ao ler as obras de Ranke, não são encontradas leis propriamente ditas e sim tendências; ele entende o progresso no sentido de que “em cada período um certo movimento do espírito humano é revelado, pelo qual pela primeira vez uma ou outra tendência torna-se proeminente e mantém-se em sua própria forma” (RANKE, 1981, 159), o que ele chama de “ideias guia”. É nítido que nesta visão implica progresso, o que Ranke não ignora por não refutá-lo completamente³, mas apenas rejeita o progresso como uma concepção inequívoca e em “linha reta” por não descrever suficientemente o que a observação histórica indica, principalmente porque, para ele, é a história que deve provar as hipóteses de progresso, não o progresso provar a história: primeiro vem o fato (as fontes históricas como um núcleo duro e observável), depois sua aglutinação em unidades de sentido (o conceito) e isso corresponde à cientificidade historiográfica. Karl Jaspers, na década de 1960, define com clareza (e, surpreendentemente, com parâmetros rankeanos) qual é função da ciência e da empiria na nova historiografia que se desprende das explicações míticas:

“A História, como ciência, tem propósito diferente [da história que recorre ao mito]. Desejamos saber o que efetivamente se passou. Em consequência, apenas apegamo-nos às realidades ainda presentes ou a suas fontes: documentos, relatos, testemunhas, monumentos, realizações técnicas, produções artísticas e literárias. Percebemo-las através dos sentidos, mas isso não há de fazer-se de forma que patenteie o sentido intencional nelas contido. A ciência estende-se até o ponto em que sejamos capazes de corretamente compreender os tangíveis registros do passado e até o ponto em que possamos verificar a correção dos testemunhos que nos oferece.” (JASPERS, 2010:28)

Isso e o que foi dito até agora indicam, como não é surpreender, que Ranke está bem longe da concepção pós-moderna de que a palavra inventa a realidade ou que a historiografia é subjetiva, como também implica a supremacia da liberdade sobre qualquer imperativo, ou seja, para ele a vantagem das épocas atuais sobre as outras é apenas ter um maior número de

³ Se Ranke aceita o progresso das coisas materiais e de nosso conhecimento da natureza, nega-o nos campos da arte, ciência, filosofia e política. É bastante curioso que ele não coloque na categoria de ciência a técnica e o “conhecimento e controle da natureza”, o que indica que a ciência para Ranke ainda é compreendida como espécie de tarefa filosófica especulativa.

experiências para observar, mas a escolha continua sendo um problema do presente e não está determinada por conceito ou trajetória quais sejam, por isso a negação da história *magistra vitae* no seu modelo clássico e a afirmação de que a história, se ensina, o faz de modo indireto e que “aprendemos que à cada época foi dada suas próprias tarefas, como tem a nossa, e que nós devemos atentar para realizá-los com esforço e zelo.” (RANKE, 1981:117).

A história, para Ranke, teria um tipo específico de progresso com ritmo próprio, ao que Ranke dá a imagem de um riacho, percebendo assim a existência dos homens com aspectos mais orgânicos e menos mecânicos ou lógicos. E não só orgânico, mas também divino. É igualmente nas *Épocas* que ele profere sua célebre frase de que “cada época é imediata a Deus”, aparecendo no contexto da recusa de que a história é feita por superação geracional ou que os períodos só tem sua utilidade no que podem explicar do que é posterior a eles. Assim, se Deus comanda a vida humana na Terra e tem a visão de fora do tempo, portanto, não entenderia a história como sucessão e sim como simultaneidade. Daí que todas as épocas são, conforme os atributos de Deus, imediatas e todas valiosas. Ranke então propõe que a visão ideal que o historiador deve ter de seu objeto é a adoção do mesmo ponto de vista de Deus, mas há neste aspecto um desacordo entre sua visão e a de Hegel que tem bases na reforma protestante e nos limites do homem em sondar as intenções divinas, trocando inclusive a interpretação de um Deus máquina por um Deus mistério. Ranke afirma que ver como Deus vê é uma ferramenta que impede que o historiador subestime algum período em detrimento de outro, mas que a completa realização dessa visão é impossível e o homem deve se manter humilde quanto a esse limite, pois “a humanidade contem em si mesma uma variável infinita de desenvolvimentos que saltam a vista de tempos em tempos, de acordo com leis que são desconhecidas para nós, mais misteriosas e maiores do que podemos conceber.” (RANKE, 1981: 161). Da mesma forma, Jasper coloca o limite da história nesse mesmo sentido e harmoniza a noção do mistério divino com a ciência, já que “a ciência nos ensina a modéstia diante do mistério.” (JASPERS, 2010 : 29)

Ao mesmo tempo, nem tudo é mudança e insondabilidade, já que Ranke admite igualmente a existência a persistência de algumas ideias principais, sendo que a questão de ênfase no que permanece ou no que se modifica não nega a historicidade do que está em avaliação: se o ofício do historiador é perceber a mudança e a ruptura, só é possível que o faça se tiver como plano de fundo certos parâmetros de permanência e continuidade que forneçam o lastro para a percepção do que se altera, além de manter coesa a ideia de uma humanidade que é simultaneamente diversa em suas manifestações mas unida pela essência. Vale a pena

ressaltar que o mesmo tipo de discussão será amplamente desenvolvida pela *história dos conceitos* como a de Pocock e Koselleck.

Ao final da leitura da exposição de Rane, no entanto, pode parecer estranho que ele acabe por conceber a história como unidade e universalidade. Mas isso não é incompatível se pensarmos sua metodologia da história em termos de raciocínio indutivo, já que fecha o ciclo da indução após observar os particulares ao integrá-los numa rede de significação que implica uma generalização, sem que seja uma simplificação. Se a historiografia guiada pela noção de *tendência* leva em conta a interação, a lei extrai os resultados recorrentes e formula uma orientação para expectativas futuras baseadas na recorrência. Ranke não quer fornecer orientação para o futuro ou qualquer possibilidade de previsibilidade (ainda que, no campo político da monarquia prussiana, ele tenha feito prognósticos que vieram a se confirmar), ele deseja que a história seja a exploração do estrangeiro e de como as diferentes escolhas e contextos formaram determinados cenários históricos fundamentais. Tais cenários ajudam o presente a entender a si mesmo, tanto do ponto de vista histórico como da natureza humana, mas não determinam o presente, que sempre corre o risco de ser inferior, mais caótico e menos produtivo do que as épocas precedentes. Logo, a proximidade com as ciências naturais no que se referem ao depreendimento de leis chega ao fim quando tenta-se transferir para a história algo que não lhe é particular e que vai contra sua natureza observável.

Mas qual é a utilidade da história se não para antecipar o futuro, para oferecer uma chance mais consciente ao presente? Ranke responde que, primeiramente, o conhecimento tem sua validade em si como atividade elevada do espírito humano; em segundo lugar, porque fornece evidências de um tipo de lição que é a abertura das possibilidades, de que a história é feita pelos homens. Além do mais, não é o objetivo de Ranke a rejeição da generalização ou criar ilhas de dados desconectados uns dos outros com a indução, já que o raciocínio indutivo requer sempre o momento de síntese que corresponderia a um enquadramento conceitual dessa massa de particulares num processo coerente, ainda que não necessariamente organizado sob forma progressiva.

Nesse sentido, a conquista da *História Universal* seria o último passo, o mais importante de todos, que reuniria todas as generalizações parciais. Do ponto de vista da trajetória intelectual de Ranke, percebe-se uma coerência com esse princípio, já que a tentativa de escrita da *História Universal* só transformou-se em empreendimento no final da vida de Ranke e foi completada postumamente. O historiador apenas sentiu que existia

informação suficiente para a ampliação do cenário quando já havia escrito praticamente uma obra de história povo principal na formação da Europa moderna.⁴

Ao retomarmos a abertura desta reflexão que indicava a aproximação por parte da crítica entre Ranke e o positivismo, vê-se que o aspecto empiricista é um dos componentes de uma visão teórica muito maior e que muitas vezes é prejudicada por não compreender o processo total e levar em conta apenas resultado final, já que, em aparência, tanto a dedução dos filósofos como a indução dos historiadores chegariam ao mesmo ponto que é a universalidade. Ao final, a proposta historiográfica de Ranke era a de obter solidez e permanência dos resultados da pesquisa histórica através do rigor metodológico. Mas isso não pareceu bastar, já que sem a consciência filosófica e a noção das implicações científicas, facilmente o receituário rankeano transformaria-se ou em aplicação mecânica ou então estaria suscetível às críticas de ingenuidade por creditar à História altos níveis de objetividade. O que a concepção científica aplicada à história, numa perspectiva rankeana, nos lembra é justamente a historicidade do lugar sempre em vias de mudança entre sujeito e objeto dentro da tradição ocidental e que houve um momento em que ciência, arte e mistério divino conseguiam conviver, de que havia de fato a certeza nas coisas do mundo e na externalidade da realidade (GUMBRECHT, 2010), o que nunca, mesmo nas épocas de ceticismo radical, deixou de ser uma certeza operante do mundo.

Também a questão das trocas intelectuais ganha mais profundidade ao especificar qual é o ponto de inflexão de Ranke com os intelectuais franceses do século XVIII e com o que diferencia o conhecimento filosófico do histórico. Entretanto, como é possível perceber pela utilização teórica de Fichte e pela argumentação filosófica bastante densa que Ranke desenvolve nos escritos paralelos – escritos mais ensaísticos ou pedagógicos – a teoria e a prática da história de Ranke são embaladas pela filosofia não mais como autoridade e sim como um instrumental teórico que permite pensar sobre novas possibilidades de trabalho e de aprimoramento que acomode a ciência inclusive como meio estratégico de separar a História da mãe Filosofia.

⁴ A *História Universal* começou a ser escrita em 1881 e ainda estava incompleta na data de morte de Ranke, 1886. Antes dela, Ranke compôs obras como: *História dos Povos Latinos e Teutônicos* (1824); *História das Monarquias Otomana e Espanhola* (1831); *História da Sérvia* (1828); *História dos Papas* (1836); *História da Reforma na Alemanha* (1847), *História da Prússia* (1848); *História da França* (1861), *História da Inglaterra* (1868); entre outros artigos, conferências e textos sobre literatura.

BIBLIOGRAFIA

- AROSTÉGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**. Teória e Método. Bauru, EDUSC, 2006.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença. O Que o Sentido Não Consegue Transmitir**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2010.
- JASPERS, Karl. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix, 2010.
- MATA, Sérgio. Apresentação de Leopold von Ranke. In: In: MARTINS, Estevão Rezende (org.) **A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 187-201.
- POPPER, Karl. **The Misery of Historicism**. United States: The Beacon Press, 1957.
- RANKE, Leopold von. **The Secret of World History, Selected Writings on The Art and Science of History**. Edited and translated by Roger Wines. New York: Fordham University Press, 1981.
- _____. O Conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.) **A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 202-216.
- SMITH, Bonnie G. Gender and the Practices of Scientific History: The Seminar and Archival Research in the Nineteenth Century. **The American Historical Review**, Vol. 100, No. 4 (Oct., 1995), pp. 1150-1176.
- VOLTAIRE. **O Pirronismo da História**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.